



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

22

133

RECURSO DE AGRAVO Nº 201416-6/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR POR
INCORPORAÇÃO DI BANCO ABN AMRO S/A

AGRAVADO: DIMAS DE ANDRADE SILVA

RELATOR: DES. SÍLVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

EMENTA: Civil e Processual Civil – Expurgos Inflacionários – Caderneta de Poupança – Recurso de Agravo – Decisão Monocrática Terminativa – Apelação Cível – Prescrição e Legitimidade – A recente jurisprudência do STJ, autorizam a manutenção da sentença – Comprovação nos autos da existência e titularidade da conta poupança – Incidência do CDC – Inteligência jurisprudencial – Aplicação do Art. 557 do CPC – O presente recurso não trouxe nenhum novo argumento que fivesse o condão de modificar a decisão vergastada – Recurso não provido – Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 190677-0/01, tendo como recorrente **BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR DO BANCO ABN AMRO REAL S/A** e recorrido(a) **DIMAS DE ANDRADE SILVA**, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, tudo na conformidade do relatório e voto anexo que passam a fazer parte do presente julgado.

Recife, 04/12/10

Des. Sílvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

21

134

RECURSO DE AGRAVO Nº 201416-6/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR POR
INCORPORAÇÃO DI BANCO ABN AMRO S/A

AGRAVADO: DIMAS DE ANDRADE SILVA

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

RELATÓRIO:

O Banco Santander (Brasil) S/A, sucessor do Banco ABN AMRO REAL S/A agrava da decisão monocrática terminativa proferida por este Relator que, negou seguimento ao recurso de Apelação Cível nº 201416-6.

Requer o agravante a reforma da decisão guerreada aduzindo o agravante que ao aplicar o Art.557 do CPC, o relator prejudicou seu direito de defesa, sem apresentar uma fundamentação consistente acerca de tê-lo julgado em conformidade com a jurisprudência dominante do STJ. No mais, traz as mesmas alegações apresentadas no recurso de apelação, buscando reformar a decisão guerreada, em especial: a prescrição quinquenal; a ilegitimidade ad causam do banco agravante; a polêmica da ausência dos extratos indispensáveis à propositura da ação; e da não incidência do CDC.

Era o importante a relatar.

Recife

Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

22

135

RECURSO DE AGRAVO Nº 201416-6/01

AGRAVANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, SUCESSOR POR
INCORPORAÇÃO DI BANCO ABN AMRO S/A

AGRAVADO: DIMAS DE ANDRADE SILVA

RELATOR: DES. SILVIO DE ARRUDA BELTRÃO

Terceira Câmara Cível

VOTO:

Segue a decisão vergastada:

"Trata-se de Apelação Cível interposta pelo Banco ABN AMRO S/A em face de sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança de Expurgos de Poupança, ajuizada por Manoel Pereira de Santana, que julgou procedente em parte o pedido para determinar que o Banco apelante revise a aplicação da correção monetária do saldo existente na conta poupança da parte autora, com aniversário entre os dias 01 e 15 dos meses de junho de 1987 e/ou janeiro de 1989, utilizando-se para tanto os percentuais de 26,06% e 42,72%, respectivamente, descontados os percentuais efetivamente aplicados pelo banco em cada mês, aplicando-se juros legais de 0,5% (meio por cento). Condenou, ainda, o banco apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado do débito, fls.77/86.

Inconformado, requer o apelante a reforma do julgado, suscitando as preliminares de prescrição, de inadequação da via eleita pela incompatibilidade de ritos, de ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação, e de ilegitimidade passiva do apelante. No mérito, requer a reforma do julgado aduzindo não existir direito adquirido à atualização monetária, além dos Planos Econômicos decorrerem de atos de Estado, sendo juridicamente legítima a alteração do regime monetário das contas e, sendo assim, injusto imputar às instituições financeiras por eventuais expurgos. Aduz, ainda, da impossibilidade de se aplicar o CDC. (fls.89/116).

Citado para apresentar as contra-razões, restou silente o apelado, conforme certidão de fls.121.

É o Relatório.

Decido.

Entende o apelante que a presente pretensão, reclamação de créditos expurgados a mais de 10 anos, está prescrita, nos moldes do Art. 206 do Código Civil.

Não há como acolher a preliminar suscitada.

O prazo prescricional, nos casos de cobrança de diferenças oriundas de cadernetas de poupança, é vintenário, de acordo com o art. 177 do Código Civil de 1916, correspondente ao art. 205 do Código Civil de 2002.

Esse foi o entendimento adotado na sentença, arrimada na jurisprudência pacífica do STJ:

"DIREITOS ECONÔMICO E PROCESSUAL. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOSECONÔMICOS. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE CORREÇÃO MONETÁRIA. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

Tratando-se de discussão do próprio crédito, que deveria ter sido corretamente pago, não é de aplicar-se ao caso a prescrição quinquenal prevista no art. 178, § 10, III, CC, haja vista não se referir a juros ou quaisquer prestações acessórias". (AgRg no Ag 265610 / PR, Relator: Ministro SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, Órgão Julgador: Quarta Turma, Data da Publicação: DJ 05.06.2000 p. 178).

"PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. DISSÍDIO PRETORIANO NÃO DEMONSTRADO. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA.

1. A falta de prequestionamento da questão federal impede o conhecimento do recurso especial (Súmula 282 do STF).

2. A divergência jurisprudencial ensejadora do conhecimento do recurso especial pela alínea c deve ser devidamente demonstrada, conforme as exigências dos arts. 541, § Único, do CPC e 255 do RISTJ.

3. Os juros remuneratórios de conta de poupança, incidentes mensalmente e capitalizados, agregam-se ao capital, assim como a correção monetária, perdendo, pois, a natureza de acessórios, fazendo concluir, em consequência, que a prescrição não é a de cinco anos, prevista no art. 178, § 10, III, do Código Civil de 1916 (cinco anos), mas a vintenária (REsp 707.151/SP, Rel. Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, DJ de



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

24

137

01.08.2005). Precedentes do STJ (AgRg no REsp 705.004/SP, Rel. Min. Castro Filho, 3ª Turma, DJ de 06.06.2005; AgRg no REsp 659.328/SP, Rel. Min. Antônio de Pádua Ribeiro, 3ª Turma, DJ de 17.12.2004).

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido". (REsp 780085 / SC, Relator. Min. Teori Albino Zavascki, Órgão Julgador: Primeira Turma, Data da Publicação: DJ 05.12.2005 p. 247).

Quanto à inadequação da via eleita por incompatibilidade de ritos, alega o apelante que a parte autora/apelada ajuizou ação de cobrança cumulada com pedido de exibição de documentos, sendo este pedido incompatível com o pedido de cobrança.

Não merece acolhida a presente preliminar, pois, o autor não cumoulou dois tipos de ações, propôs apenas a Ação de Cobrança de rito ordinário, requerendo a inversão do ônus da prova, para que o banco réu/apelante fosse compelido a apresentar os extratos de conta poupança, o que plenamente possível, conforme dispões o Art.292, § 2º do CPC.

Quanto ao pedido de indeferimento a petição inicial, por ausência de documento indispensável à propositura da ação, aduz a instituição financeira que não foi apresentada prova da efetiva existência da conta poupança indicada na peça inaugural, além dos saldos nos períodos reclamados.

O STJ já pacificou o entendimento de que os extratos da alegada conta poupança são desnecessários à propositura da ação, como se vê nos julgados colacionados:

"PROCESSUAL CIVIL. CRUZADOS BLOQUEADOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS. EXTRATOS DAS CONTAS. DOCUMENTOS DISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. PRECEDENTES.

1. Nas demandas que visam à correção monetária das cadernetas de poupança, os extratos das respectivas contas não constituem documentos indispensáveis à propositura da ação. Nada impede que, em casos tais, os fatos da causa sejam comprovados no decurso regular da instrução processual por todos os meios de prova que a lei faculta. Precedentes jurisprudenciais.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

25

138

2. Recurso especial a que se dá provimento". (REsp 1036430 / SP, Relator: Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, Órgão Julgador: Primeira Turma, Data da Publicação: 14/05/2008)

"PROCESSUAL CIVIL. DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS À PROPOSITURA DA AÇÃO. CADERNETAS DE POUPANÇA. CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS.

I - A prova da existência de saldo positivo nas contas com depósito em cruzados novos bloqueados não configura documento indispensável à propositura da ação em que se postula o recebimento dos chamados expurgos inflacionários decorrentes da edição de planos econômicos.

II - Nas instâncias ordinárias, a extinção do processo, sem julgamento do mérito, à míngua de documentos indispensáveis à propositura da ação, deve ser precedida de oportunidade para suprimento da falta". (REsp 215461 / SC, Relator: Min. Paulo Galotti, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data da Publicação: DJ 19/06/2000 p. 133)

No mesmo sentido, dentre vários: REsp 143586 / SC, Resp 146734/PR, Resp 421956/RJ.

Quanto a ilegitimidade passiva do banco apelante, alega o Banco Bradesco ser parte ilegítima para figurar no pólo passivo da demanda em face da transferência dos ativos financeiros para o Banco Central do Brasil - BACEN, e por não ser responsável pela aplicação de correção em relação aos meses reclamados, correta a sentença que, ao enfrentar essa mesma preliminar, entendeu que, comprovado ser o banco apelante o depositário dos valores pleiteados nos autos, deve o mesmo responder por eventual diferença em relação aos mesmos.

Esse posicionamento está embasado em decisões do STJ que entendem existir dois momentos: um, que são os valores em depósito que não ultrapassavam os 50.000,00 (cinquenta mil cruzados novos) e que ficaram sob a responsabilidade das instituições financeiras e outro, eram os excedentes desses valores e que foram transferidos para o BACEN, sendo esse responsável pelos juros e correções desse excedente.

Sobre este ponto é bastante esclarecedor o voto do Min. Teori Albino Zavascki, no julgamento do Resp nº REsp 544942 / SE, publicado no DJ 10/11/2003 p. 168:



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvia de Arruda Beltrão

26
139

"Quanto ao mérito, observa-se que, a partir de 15 de março de 1990, a relação jurídica derivada de contrato de poupança existente entre a instituição financeira depositária e o depositante foi alterada sobremaneira pela edição da Medida Provisória nº 168/90, posteriormente convertida na Lei 8.024/90. Pela nova sistemática de remuneração das cadernetas de poupança fixada pela referida norma, estabeleceu-se que: a) os saldos de cadernetas de poupança, dentro do limite de NCZ\$50.000,00 seriam "convertidos em cruzeiros na data do próximo crédito de rendimento" (art. 6º); b) o excedente àquele valor foi compulsoriamente transferido para o Banco Central do Brasil, ficando os bancos depositários privados da disponibilidade do ativo financeiro, nos termos do art. 9º; c) os rendimentos dos depósitos passaram a ser atualizados pela variação do BTN fiscal, a teor do art. 6º, §2º; d) a liberação dos recursos ocorreria em parcelas mensais após o decurso do prazo de retenção (art. 6º, 1º).

Como se vê, a partir da retenção dos ativos financeiros, ficou o banco depositário privado do poder de gestão e disponibilidade do montante superior a NCZ\$50.000,00, deixando, a fortiori, de ser responsável pelos juros e pela atualização do valor monetário, haja vista a sua transferência para o Banco Central efetivada após a data em que creditados os próximos rendimentos. Assim, embora o novo regramento tenha imposto, de imediato, a indisponibilidade dos valores depositados, a transferência dos recursos para a autarquia federal somente ocorreu na data em que creditados os próximos rendimentos pela instituição financeira depositária. Desta forma, as cadernetas de poupança com data de aniversário na primeira quinzena de março deveriam ser atualizadas pela correção integral do mês de abril de 1990, calculada pelo IPC de março, no percentual de 84,32% (Lei nº 7.730/89, art. 17, III), apurado até o término de sua primeira quinzena, incidindo sobre o total dos valores depositados, que após a atualização foram transferidos ao BACEN. Contudo, em relação às contas cujo aniversário deu-se na segunda quinzena de março de 1990, foram creditados rendimentos relativos ao IPC de fevereiro de 1990, no percentual de 72,78%, apurado no período entre 15 de janeiro e 15 de fevereiro, e, em seguida foram transferidas para o Banco Central. Nos meses seguintes à transferência, adotou-se o BTN Fiscal, no cálculo da correção das cadernetas de poupança das contas à disposição do BACEN, ex vi do art. 6º, § 2º, da Lei 8.024/90.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Sílvio de Arruda Beltrão

27
140

Em relação ao reajuste das contas após a retenção dos saldos de caderneta de poupança, os seus titulares pretendem receber a diferença verificada entre o crédito da correção monetária aplicada nas contas (BTNF) e àquele apurado pelo índice do IPC, surgindo dúvida acerca da responsabilidade pela atualização de tais aplicações, já que, não obstante tenha sido mantida a relação jurídica de direito material consubstanciada no contrato de caderneta de poupança celebrado entre o poupador e a instituição financeira depositária, o saldo de depósito de poupança foi transferido para o Banco Central, que passou a possuir a fruição do numerário bloqueado.

Com o intuito de dirimir a controvérsia surgida, a Corte Especial deste STJ, no julgamento do ERESP 167.544/PE, CE., Min. Eduardo Ribeiro, publicado no DJ de 09.04.2001, consagrou entendimento no sentido de que, nos termos da MP 168/90, a transferência dos saldos de cruzeiros novos não convertidos (quantias superiores a cinquenta mil cruzados novos) para o Banco Central se verificou na data do primeiro aniversário de cada conta, ou seja, no dia do creditamento do rendimento posterior ao bloqueio. Assim, as instituições financeiras depositárias são responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança bloqueados cujas datas de aniversário são anteriores à transferência dos saldos para o BACEN. Recai sobre o BACEN a responsabilidade sobre os saldos das contas que lhe foram transferidas, com o creditamento da correção monetária havida no mês anterior já efetivado pelo banco depositário, que passaram a ser corrigidas pela autarquia a partir de abril de 1990, quando já iniciado o novo ciclo mensal. Neste sentido: RESP 337.021/RJ, 1ª S. Min. Eliana Calmon, DJ de 14.10.2003; AGRESP 206.040/RJ, 1ª T., Min. Francisco Falcão, DJ de 16.09.2002; AGRESP 379.712/RS, 2ª T., Min. Paulo Medina, DJ de 19.05.2003; EDEDRESP 124.675/SP, 4ª T., Min. Aldir Passarinho Junior, DJ de 02.06.2003.

No caso dos autos, seguindo orientação firmada pela Corte Especial, quanto às contas com data-base na primeira quinzena referente ao mês de março de 1990, fica reconhecida a responsabilidade dos bancos depositários para ressarcimento dos expurgos inflacionários das cadernetas de poupança a incidir sobre os saldos das contas que excederam a NCZ\$ 50.000,00, que somente foram colocados à disposição do BACEN após a sua atualização. Por sua vez, a autarquia recorrente responde pela correção monetária do mês de março de 1990 em relação às contas com aniversário no



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

28

141

segunda quinzena, assim como pelos meses posteriores à transferência do numerário".

Como visto, em face do pedido inicial se deter na correção dos saldos de conta poupança do autor e não transferidos ao Banco Central, é evidente ser o banco apelante parte legítima para figurar no pólo passivo da demanda; conseqüentemente, não merece acolhida a presente preliminar.

Explicita-se que a atualização monetária deve incidir sobre os valores não excedentes, não transferidos para o Banco Central, sendo, portanto, as instituições financeiras depositárias responsáveis pela atualização monetária dos saldos de caderneta de poupança. Por isso rejeito a preliminar.

Quanto ao mérito, entendo que palmilhou a sentença o direcionamento já apontado pelo STJ que, para o cálculo da correção monetária, para efeito de atualização das cadernetas de poupança iniciadas e renovadas nos períodos reclamados, aplicam-se índices diversos daqueles praticados pelas instituições financeiras reconhecendo o direito adquirido do autor/apelado.

Não há o que modificar na sentença. A modernidade dos arrestos acostados na sentença torna desnecessária a apresentação de novos julgados.

Por tudo o exposto, com fulcro no Art. 557 do CPC, por estar em confronto com a jurisprudência desta Egrégia Corte e do Superior Tribunal de Justiça, NEGOU seguimento ao recurso".

Como visto a decisão agravada, procurou harmonizar-se com as inúmeras decisões proferidas pelos Tribunais Pátrios e, em especial, pelo STJ, aplicando, conseqüentemente, o disposto no Art. 557 do digesto processual.

Esse dispositivo, antes de tolher os princípios do devido processo legal e da ampla defesa, alegados pela agravante, dá ao relator poder de conferir à parte prestação jurisdicional equivalente à que seria concedida acaso o processo fosse julgado pelo órgão colegiado(RF 372/301), desta forma efetivando a razão de ser do referido artigo, qual seja promover a agilidade processual e desobstruir as pautas dos Tribunais.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

29

142

Sendo a referida matéria exaustivamente discutida e decidida pelo Superior Tribunal de Justiça, ao se dar seguimento a um recurso de apelação em confronto com sua dominante jurisprudência, estar-se-ia afrontando ao princípio da uniformização da jurisprudência, eternizando-se as discussões merilórias, e contra tal quadro, hoje se insurgem todas as vertentes da sociedade, visto as inúmeras exigências de presteza e agilidade na prestação jurisdicional que chegam ao Poder Judiciário, seja pela simples petição do jurisdicionado, seja pela amplificação desse anseio via imprensa.

Portanto, não aplicar o aqui tão criticado dispositivo processual, seria o mesmo que estar indiferente a tais anseios e necessidades.

Quanto a prescrição e ilegitimidade passiva do banco recorrente, a modernidade dos arestos abaixo justificam a manutenção da decisão:

DIREITO ECONÔMICO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. CADERNETA DE POUPANÇA. PLANOS ECONÔMICOS. JUROS REMUNERATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. **PRESCRIÇÃO**. SÚMULA 83/STJ. INCIDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO NÃO INFIRMADA.

I - É viável a prescrição referente aos juros remuneratórios incidentes sobre as cadernetas de poupança.

II - "A correção de depósito judicial em relação ao mês de março de 1990 deve ser feita com base no IPC. Apenas o excedente a NCz\$ 50.000,00, o qual passou à disponibilidade do Banco Central, é que deve ser corrigido pelo BTN." (AgRg no AG 1.034.661/SP, Rel. MINISTRO MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, DJe 18/11/2008)

III - A TR é o índice legal aplicável para a correção das contas de poupança, a partir da entrada em vigor do Plano Collor II. Precedentes.

IV - Inviável o especial se a decisão a quo está em consonância com o entendimento desta Corte. Incidência da Súmula 83/STJ.

V - Agravo regimental improvido. (AgRg no Ag 1152910 / SC, Relator: Min. Paulo Furtado, Órgão Julgador: Terceira Turma, Data da Publicação: DJe 07/10/2009).



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

30
143

"PROCESSUAL CIVIL. PLANO COLLOR. CRUZADOS NOVOS BLOQUEADOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. LEGITIMIDADE DO BANCO DEPOSITÁRIO. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168/90 E LEI Nº 8.024/90. TEMA JÁ JULGADO PELO REGIME DO ART. 543-C DO CPC E DA RESOLUÇÃO STJ 08/08. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. A recorrente demonstra mero inconformismo em seu agravo regimental que não se mostra capaz de alterar os fundamentos da decisão agravada.

2. Verifica-se que os bancos depositários são responsáveis pela atualização monetária dos valores bloqueados na caderneta de poupança cujas datas de aniversário sejam anteriores à transferência dos saldos para o BACEN. Após, o repasse recaí sobre o BACEN a responsabilidade pela atualização monetária dos cruzados novos bloqueados, de modo que no mês de março ele não estava obrigado a corrigi-los. Com efeito, então, o BACEN será a responsável tão-só pela correção devida após a efetiva transferência e, no mês de abril de 1990, para as contas de poupança com aniversário na segunda quinzena, com base no BTNF. (REsp 1070252/SP, Rel. Min. LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 10/06/2009)

3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 772707 / SP, Relator: Mauro Campbell Marques, Órgão Julgador: Segunda Turma, Data da Publicação: DJe 03/12/2009)

Quanto a polêmica dos extratos, a sentença foi clara de que o banco apresente em 90 dias, após o trânsito em julgado, os extratos das contas que possuir de titularidade do apelado no período reclamado, devendo a parte autora, por sua vez, envidar esforços para também fazer juntar os comprovações necessários do seu direito, sob pena de arquivamento, ante a impossibilidade de efetivar o julgado. Não fixou astreintes para o caso de não apresentação, no entanto, autorizou o desarquivamento para o caso do autor comprovar, dentro do novo prazo prescricional, a existência da referida conta poupança, fls. 86. Como se vê a sentença mantida pela decisão vergastada, resguardou o direito do recorrente na eventualidade de não se conseguir provar a titularidade da conta.

Esclareço que é possível inverter o ônus da prova, aplicando o Código de Defesa do Consumidor. Nas relações de consumo, como no caso em tela, existe uma desigualdade entre as partes, desconhecimento técnico e hipossuficiência do consumidor, tornando, a este, quase impossível a produção de provas no processo. Assim, a regra contida no artigo 333, inciso I, do CPC, que:



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
Tribunal de Justiça
Gabinete Des. Silvio de Arruda Beltrão

31

144

incumbe ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito, é mitigada ante as hipóteses reguladas pelo CDC:

"Artigo 6º, inciso VIII. " É direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias da experiência".

Pelo exposto, nego provimento ao recurso.

Recife,

04/05/10

Des. Silvio de Arruda Beltrão
Relator